

GESTÃO E CONTABILIDADE: UMA ABORDAGEM POR MEIO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Elaine Manelli Riva Souza^{1*} e Fernando Zanotti Madalon²

¹ Doutora em Produção Vegetal/Genética e Melhoramento de Plantas, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural-INCAPER, Rodovia BR 262, Km 94 – Fazenda do Estado; Domingos Martins, Espírito Santo, 29278-000, Brasil, elaine.riva@gmail.com; ² Professor Doutor em Ciências, Esalq - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, USP, PECEGE. Avenida Cezira Giovanoni Moretti, 580, Santa Rosa; 13414-157 Piracicaba, São Paulo, Brasil, fernandozanottimadalon@gmail.com *autor correspondente: elaine.riva@gmail.com

RESUMO: A agricultura familiar é um segmento do agronegócio, caracterizada pela predominância de mão de obra familiar, tendo como foco atividades agrícolas ou pecuárias com fins lucrativos. A gestão eficiente das propriedades é essencial, e a contabilidade contribui ao registrar operações e gerar indicadores que apoiam a tomada de decisões, tratando a propriedade como uma empresa rural. A adoção de práticas gerenciais adequadas favorece a continuidade da atividade e a melhoria da qualidade de vida no campo. Embora a contabilidade rural seja uma necessidade no Brasil, seu uso ainda é limitado. Dessa forma, torna-se importante sensibilizar o agricultor familiar sobre a relevância do acompanhamento contábil. Este estudo teve como objetivo identificar, por meio das demonstrações contábeis, indicadores econômico-financeiros que contribuam na gestão e na tomada de decisões na agricultura familiar. A pesquisa adotou abordagem exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, com aplicação de questionários a agricultores familiares no Espírito Santo. Posteriormente, uma propriedade familiar foi selecionada para elaboração das demonstrações contábeis e análise econômico-financeira com base em indicadores. Os resultados demonstraram que tais indicadores foram úteis para evidenciar a lucratividade da propriedade, identificar a origem dos recursos financeiros, compreender a realidade econômico-financeira da propriedade e fornecer subsídios ao produtor e sua família na tomada de decisões mais fundamentadas.

PALAVRAS-CHAVE: gestão financeira rural. contabilidade rural. demonstrações contábeis. lucratividade. empreendedorismo rural.

ABSTRACT: Family farming is a segment of agribusiness characterized by the predominance of family labor and focused on agricultural or livestock activities for profit. Efficient management of these properties is essential, and accounting contributes by recording operations and generating indicators that support decision-making, treating the property as a rural enterprise. The adoption of appropriate managerial practices promotes the continuity of agricultural activity and improves the quality of life in rural areas. Although rural accounting is a necessity in Brazil, its use remains limited. Therefore, it is important to raise awareness among family farmers about the relevance of accounting monitoring. This study aimed to identify, through financial statements, economic and financial indicators that contribute to management and decision-making in family farming. The research adopted an exploratory and descriptive approach, with a qualitative nature, and involved the application of questionnaires to family farmers in the state of Espírito Santo. Subsequently, a family farm was selected for the preparation of financial statements and economic-financial analysis based on indicators. The results showed that these indicators were useful for highlighting the farm's profitability, identifying the sources of financial resources, understanding the farm's economic and financial reality, and providing support to the producer and their family in making more informed decisions.

KEYWORDS: rural financial management. rural accounting. financial statements. profitability. rural entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a produção agropecuária é geralmente dividida entre agricultura empresarial (agronegócio) e agricultura familiar. No entanto, ambas devem ser consideradas como empresarial. A agricultura familiar, segmento do agronegócio, caracteriza-se pelo uso predominante de mão de obra familiar e pela atividade agrícola ou pecuária com fins lucrativos (Araújo, 2022). Representa a maior parte das unidades produtivas do país, gera uma parcela significativa de empregos nas atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais, e é essencial para a segurança alimentar nacional, contribuindo para o consumo interno e para as cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos (IBGE, 2020).

No Brasil, em 1940, existia, em média, uma pessoa no meio rural produzindo alimentos e outros produtos não comestíveis, como materiais para vestuário, calçados, entre outros, para abastecer 1,46 pessoas da população rural mais população urbana. Em 2021, essa relação atingiu 1:6,7 pessoas, necessitando-se de maior produção rural (Araújo, 2022). Então, é importante que o agricultor familiar tenha planejamento e controle da gestão de sua propriedade, enxergando-se como um empresário rural, familiarizado com processos administrativos e contábeis.

Neste cenário, a contabilidade apresenta técnicas fundamentais que podem ser destinadas a qualquer tipo de empresa, segmento de atividade ou situação econômica (Ribeiro et al., 2022). A contabilidade rural é aplicada às empresas rurais. Permite mensurar e informar de maneira objetiva os eventos, as atividades e as transações planejadas e executadas, fornecendo suporte as decisões dos gestores rurais e contribuindo para aumentar a lucratividade do negócio (Fontoura et al., 2022).

A contabilidade estuda as variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas, fornecendo informações sobre a situação financeira e possibilitando inferências sobre tendências futuras. Diante da instabilidade do cenário econômico brasileiro, torna-se essencial que as organizações, inclusive as propriedades rurais, busquem esses dados para embasar suas decisões (Regert et al., 2018).

A análise de balanços permite visualizar a situação econômica, financeira e patrimonial em determinado período, além de possibilitar a elaboração de indicadores baseados em fórmulas matemáticas e modelos estatísticos, que podem ser interpretados e comparados (Travassos, 2023), para melhor compreensão da realidade da propriedade, que deve ser vista como uma empresa rural. Os indicadores econômico-financeiros são, portanto, ferramentas cruciais para avaliar o desempenho das empresas; sua ausência no processo decisório pode resultar em prejuízos significativos. O conhecimento desses indicadores contribui para decisões mais consistentes e fundamentadas (Regert et al., 2018).

A produção agropecuária possui características específicas, como sazonalidade da produção e do emprego, dependência das condições edafoclimáticas, flutuação de preços entre safra e entressafra, concentração de receitas em curtos períodos, além da influência de fatores bióticos e abióticos, aumento nos custos de produção, redução de lucros e necessidade de infraestrutura para estocagem e conservação devido à perecibilidade da colheita. Também se destacam exigências logísticas intensificadas em períodos de maior demanda, o que eleva os custos operacionais (Araújo, 2022). Diante dessas particularidades, torna-se fundamental a gestão econômica eficiente e o controle rigoroso de custos para assegurar a continuidade do trabalho e a qualidade de vida no meio rural. Embora muitos agricultores familiares recorram a anotações simples em cadernos, é comum a ausência total de controle financeiro e o não uso de práticas contábeis, seja por desconhecimento de seus benefícios, seja pela percepção de complexidade. A contabilidade rural, apesar de ser uma necessidade urgente no Brasil, ainda é pouco utilizada (Crepaldi, 2019). Nesse contexto, torna-se essencial sensibilizar os agricultores familiares sobre a importância do acompanhamento contábil na gestão de suas propriedades.

Diante do exposto, objetivou-se identificar e analisar indicadores econômico-financeiros que possam auxiliar agricultores familiares na gestão eficiente e tomada de decisões fundamentadas em sua propriedade/empresa rural.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Foi proposta uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, envolvendo a aplicação de questionário e estudo de caso. Um questionário contendo perguntas de múltipla escolha, acerca do perfil dos agricultores e da gestão contábil da propriedade rural, foi aplicado a um grupo de agricultores familiares, de diferentes municípios do Estado do Espírito Santo. Estes questionários foram apresentados de forma digital, por meio do “Google Forms”, aplicativo para criação de formulários, de forma gratuita, utilizando-se uma planilha no Google Drive.

Para o estudo de caso, foi selecionada uma propriedade rural localizada no município de Alegre – ES. Os dados contábeis utilizados referem-se ao ano de 2023 e foram obtidos junto ao agricultor e sua família, por meio de conversas informais, anotações em cadernos e extratos bancários. Com essas informações, elaboraram-se o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e foram calculados os índices de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade, conforme metodologia recomendada por Travassos (2023), Cardoso (2023), Assaf Neto (2023), Fontoura et al. (2022), Marion (2021) e Crepaldi (2019). A depreciação e amortização do imobilizado seguiram Fontoura et al. (2022) e a Norma Metodológica de Custo de Produção – 30.302 da CONAB (2020). O pró-labore do agricultor e sua família foi estimado com base no número de dias dedicados ao manejo do café arábica (principal atividade econômica da propriedade), multiplicado pelo valor diário praticado na região. A receita foi calculada pela multiplicação do número de sacas produzidas pelo valor médio de venda na safra de 2023. A classificação da produção e da cultura permanente no BP seguiu os critérios do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2009a; 2009b), com base nas orientações de Travassos (2023) e Marion (2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os questionários enviados, foram obtidas 60 respostas de agricultores familiares, residentes em diferentes municípios do Espírito Santo. As informações foram sintetizadas na Tabela 1.

A maior parte dos respondentes foi do sexo masculino (66,7%), contudo, a participação das agricultoras no campo, e em diversas esferas sociais, é valiosa para o desenvolvimento da agricultura familiar, de forma sustentável, como evidenciado por Meus e Ethur (2021) e Rodrigues et al. (2023). A faixa etária dos respondentes foi equilibrada, com 50% entre 18 e 40 anos e 50% com idade de 41 anos a superior, e a maioria cursou o ensino médio completo (31,7%).

A participação de agricultores residentes em municípios da região Serrana do Espírito Santo (60,0%) foi maior, incluindo Venda Nova do Imigrante (38,0%), Conceição do Castelo (13,0%), Domingos Martins (5,0%), Brejetuba (2,0%) e Marechal Floriano (2,0%); e região Sul (37,0%), representada pelo município de Alegre.

A área das propriedades variou de um a cinco hectares (6,7%) a acima de 25 hectares (30,0%), sendo a principal atividade desenvolvida, culturas perenes (70,0%), como cafeicultura e fruticultura. O número de trabalhadores nas propriedades foi em sua maior parte de um a cinco (66,7%), o que pode ser devido a participação majoritária de membros da família, que é característica da agricultura familiar.

A maioria dos agricultores respondentes (98,3%) acredita que seja importante manter o registro dos custos, lucro ou prejuízo, para o planejamento e gestão da propriedade. Entretanto, 28,3% dos respondentes não utilizavam nenhuma forma de registro, poucos utilizavam planilha Excel (23,3%), e 48,3%, faziam o acompanhamento com anotações em cadernos. Nenhum respondente utilizava aplicativo ou software.

Tabela 1. Perfil dos agricultores familiares respondentes sobre gestão da propriedade rural familiar, no Estado do Espírito Santo.

Característica analisada	Descrição	Resultado (%)
Gênero	Feminino	33,3
	Masculino	66,7
	Prefiro não dizer	0,0
Faixa etária	Entre 18 a 30 anos	15,0
	Entre 31 a 40 anos	35,0
	Entre 41 a 50 anos	15,0
	Entre 51 a 60 anos	20,0
	Acima de 61 anos	15,0
Formação acadêmica	Ensino Fundamental Incompleto	18,3
	Ensino Fundamental Completo	10,0
	Ensino Médio Incompleto	1,7
	Ensino Médio Completo	31,7
	Ensino Superior Incompleto	3,3
	Ensino Superior Completo	18,3
	Pós-graduação	16,7
Município	Alegre	37,0
	Venda Nova do Imigrante	38,0
	Marechal Floriano	2,0
	Domingos Martins	5,0
	Marilândia	2,0
	Conceição do Castelo	13,0
	João Neiva	2,0
	Brejetuba	2,0
Relação com a propriedade	Proprietário	68,3
	Arrendatário	1,7
	Meeiro	20,0
	Outro	10,0
Área da propriedade	1 a 5 ha	6,7
	5,1 a 10 ha	15,0
	10,1 a 15 ha	23,3
	15,1 a 20 ha	13,3
	20,1 a 25 ha	11,7
	Acima de 25 ha	30,0
Atividade principal desenvolvida na propriedade	Culturas perenes	70,0
	Culturas anuais	8,3
	Pecuária de leite	0,0
	Pecuária de corte	3,3
	Olericultura	6,7
	Outras	11,7
Número de trabalhadores na propriedade	1 a 5	66,7
	6 a 10	30,0
	11 a 15	1,7
	16 e acima	1,7
Forma de controle dos custos, lucro ou prejuízo na propriedade	Planilha Excel	23,3
	Aplicativo ou software	0,0
	Anotações em caderno	48,3

	Nenhuma	28,3
Acredita que a anotação dos custos, lucro ou prejuízo, possa auxiliar na gestão da propriedade	Sim	98,3
	Não	1,7
Como é a tomada de decisões sobre investimentos na propriedade	Usando indicadores contábeis	3,3
	Conversando com familiares e vizinhos	36,7
	Usando algum tipo de cálculo	40,0
	Intuição	20,0
Deseja utilizar métodos de contabilidade na gestão da propriedade	Sim	95,0
	Não	5,0

Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Silva et al. (2019), atribuem o não uso da contabilidade rural pelos agricultores familiares, aos registros contábeis, que, podem aparentar complexidade, constituindo-se numa tarefa incomum, numa agricultura, cuja unidade de produção está relacionada à unidade doméstica.

Galvão (2023), mostrou que a contabilidade é pouco utilizada pelos agricultores familiares, pois é vista como uma técnica complexa. E ressaltou que é importante analisar o efeito que as políticas públicas com tendência de maior investimento na agricultura familiar, podem gerar. Espera-se que, com isso, anotações da produção e da comercialização sejam cada vez mais necessárias.

Nunes (2024), estudando o gerenciamento dos custos da produção de café arábica em propriedades de agricultura familiar, no município de Alto Rio Novo – ES, verificou que os agricultores não fazem acompanhamento contábil da produção; alguns anotam os gastos em caderno e outros nem anotam. E ainda, os agricultores possuem conhecimento básico sobre seus custos fixos e variáveis, conseguindo manter seu negócio por meio do conhecimento prático obtido durante os anos de experiência na lida da lavoura. Todavia, Montel et al. (2023), analisando o processo de gestão de pequenas propriedades, verificaram que a contabilidade rural contribuiu para a formação e avaliação do manejo do estoque e preços, facilitou a administração das receitas e despesas, melhorando, assim, as ações realizadas pelos pequenos produtores.

Em geral, as decisões sobre a propriedade foram tomadas usando a intuição (20,0%), conversando com a família e vizinhos (36,7%) e usando algum tipo de cálculo (40,0%). E 95,0% dos agricultores afirmaram que gostariam de utilizar métodos de contabilidade na gestão da propriedade.

Silva et al. (2019), estudando os desafios e perspectivas da contabilidade agrícola entre pequenos produtores rurais, verificaram a escassez de informações direcionadas à contabilidade e ao controle e gerenciamento da sua atividade econômica. Concluíram que, os produtores buscam informações para se aperfeiçoar no desenvolvimento das atividades, embora na maioria das vezes não consigam utilizar essas informações, o que os leva a obter um resultado insatisfatório, que não garante a sustentabilidade e o crescimento do negócio e da produção. Galvão (2023), propôs aprimorar os registros de produção não só com pequenos agricultores, mas também com os profissionais que estão sendo formados para trabalharem com esses agricultores. Santos et al. (2024), analisaram o uso da contabilidade rural como ferramenta estratégica para a gestão dos negócios de pequenos produtores agrícolas na cidade de Floriano-PI, e concluíram que, a contabilidade auxiliou de forma efetiva para a gestão dos empreendimentos agrícolas.

Neste cenário, acredita-se na importância de promover o uso de ferramentas de contabilidade e gestão, que possam auxiliar o produtor a gerenciar sua propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

Após analisados os questionários, foi selecionada uma propriedade de base familiar, para estudo de caso.

A Lei Nº 11.326, (Brasil, 2006), conhecida como Lei da Agricultura Familiar, regulamenta as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. De acordo com a Lei, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural, aquele que exerce atividades no meio rural, e atende, simultaneamente, aos requisitos: i. não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; ii. utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii. tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e, iv. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para a previdência social, o agricultor familiar é considerado segurado especial, ou seja, aquele que tem direito a aposentadoria e benefícios previdenciários, sem obrigatoriedade de contribuição (Brasil, 2022). Quanto a comercialização da produção, para pessoa jurídica, o segurado especial não recolhe valores. Neste caso, a responsabilidade é do adquirente, que reterá os valores e repassará a previdência social (Brasil, 2018; Sebrae, 2021).

Atendendo aos requisitos acima, a propriedade selecionada para análise contábil, encontra-se no município de Alegre, que está localizado à latitude Sul de 20°45'49" e longitude Oeste de Greenwich, de 41°31'57", na região sul do Estado do Espírito Santo, a 205,2 km de sua capital – Vitória. No município, 70,3% dos estabelecimentos podem ser considerados de agricultura familiar, segundo a tipologia de agricultura (IBGE, 2017).

A propriedade apresenta área de 18,5 hectares, inferior a quatro módulos fiscais. O módulo fiscal, proposto na Lei Nº 6.746 (Brasil, 1979), corresponde a uma área mínima necessária, para que, uma unidade produtiva seja considerada economicamente viável, e é variável entre os municípios. No município de Alegre, o módulo fiscal é equivalente a 24 hectares (Embrapa, 2024), ou seja, uma propriedade considerada como familiar poderá apresentar até 96 hectares. A família é formada pelo casal e dois filhos, com idade acima de 18 anos. A cultura principal é o café arábica, e todos exercem atividades na propriedade, sendo o total da renda familiar obtido da cafeicultura e por prestação de serviços a terceiros, no período da entressafra.

Com as informações fornecidas pela família, referentes ao ano de 2023, foi possível calcular as demonstrações contábeis e realizar a análise vertical, bem como, analisar os índices de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade, da propriedade.

Mediante a análise das demonstrações contábeis é possível compreender a situação financeira real, de uma propriedade rural (Fontoura et al., 2022; Sousa e Martins, 2010), e avaliar sua eficiência. Para uma análise financeira adequada, as informações mínimas necessárias incluem o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (Gitman, 2010).

O Balanço Patrimonial pode ser considerado como uma fotografia atual do empreendimento, sendo uma das demonstrações que visa apresentar os dados contábeis significantes, evidenciando a sustentabilidade ou não da atividade (Pereira e Basílio, 2023). Para se elaborar o Balanço Patrimonial, faz-se necessário determinar as disponibilidades (dinheiro em caixa, bancos), aplicações financeiras de curto e longo prazo, bens da atividade, estoques de insumos, valor de mercado das terras, valores a receber e dívidas de curto e longo prazo. Entende-se por curto prazo, direitos e obrigações com vencimento dentro de até 365 dias, a partir da data do levantamento do balanço, e longo prazo, período superior a 365 dias (Cardoso, 2023).

O Balanço Patrimonial da propriedade foi elaborado para o ano de 2023, juntamente com sua análise vertical (Tabela 2). A análise vertical é uma técnica de análise de

demonstrações contábeis, onde é calculada a participação, em porcentagem, de cada item em relação a determinado valor base, que pode ser o Ativo ou o Passivo Total, considerando-se o Balanço Patrimonial, ou à Receita Operacional, no caso da Demonstração do Resultado do Exercício (Fontoura et al., 2022; Sousa e Martins, 2010).

Tabela 2. Análise vertical e Balanço Patrimonial, do ano de 2023, de uma propriedade de agricultura familiar, no município de Alegre – ES.

ATIVO	VALOR (R\$)	AV (%)	PASSIVO	VALOR (R\$)	AV (%)
Ativo Circulante - AC	135.181,61	13,83	Passivo Circulante - PC	69.699,30	7,13
Financeiro	19.755,11	2,02	Operacional		
Disponibilidades	3.917,82	0,40	Fornecedores	21.203,00	2,17
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	5.837,29	0,52	Pró-labore	45.000,00	4,61
Valores a receber Operacional	10.000,00	1,02	Energia elétrica	1.596,00	0,16
Estoques	115.426,50	11,81	Combustível	1.880,00	0,19
Ativos Biológicos – Produção Agrícola – Café			Impostos (ITR e CCIR)	20,30	0,00
Fertilizantes	108.000,00	11,05	Passivo Circulante - PNC Não	33.000,00	3,38
Defensivos	6.276,00	0,64	Pronaf Custeio de Safra	33.000,00	3,38
Sacaria	1.060,50	0,11	Patrimônio Líquido	874.494,93	89,49
Ativo Não Circulante - ANC	842.012,62	86,17	Capital e Reservas	861.700,77	88,18
Ativo Permanente			Lucro da safra	12.794,16	1,31
Investimento de Longo Prazo					
Imobilizado	60.950,16	6,24			
Terra	781.062,46	79,93			
Ativo Biológico – Planta portadora – café formado	420.000,00	42,98			
Benfeitorias	150.000,00	15,35			
Trator	128.950,00	13,20			
Roçadeira manual	98.000,00	10,03			
Motosserra	7.500,00	0,77			
Pulverizador costal	1.160,00	0,12			
(-) Depreciação Acumulada	959,00	0,10			
(-) Amortização Ativo Biológico	18.006,54	1,84			
Total do Ativo	7.500,00	0,77	Total do Passivo	977.194,23	100,00
	977.194,23	100,00			

Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Por meio da análise vertical, observou-se que o ativo não circulante representou mais de 85% do ativo, em decorrência, principalmente do valor da terra, seguido do valor do ativo biológico (planta portadora – café formado). De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis 29 (CPC 29), ativo biológico é um animal ou planta vivos, enquanto produção agrícola é o produto colhido do ativo biológico (CPC, 2009a). E por planta portadora, entende-se a planta viva, que é utilizada na produção ou no fornecimento de produtos agrícolas, além, de ser cultivada para produzir frutos por mais de um período (CPC, 2009b).

Considerando-se a análise vertical do passivo, a maior participação foi da conta capital e reservas, correspondendo a 88,18%. Esta conta representa a parcela do patrimônio líquido referente ao investimento do produtor. O valor relativo à mão de obra destinada as atividades executadas na propriedade (pró-labore do produtor e sua família), representou 4,61% do passivo. A participação do financiamento para auxiliar no custeio da safra, contou 3,38%, formando o passivo não circulante. Turra et al. (2021), apresentaram o Balanço Patrimonial de uma propriedade rural no interior do Rio Grande do Sul, onde também foi verificado o valor da terra e do capital como os itens mais expressivos, do ativo total e do patrimônio líquido, respectivamente.

Para compreender melhor o resultado líquido da atividade econômica, cultivo de café arábica, foi elaborada a Demonstração do Resultado do Exercício, seguida de sua análise vertical (Tabela 3).

Tabela 3. Análise vertical e Demonstração do Resultado do Exercício, do ano de 2023, de uma propriedade de agricultura familiar, no município de Alegre – ES.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		AV (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 108.000,0	100,00
(+) Receita da venda de café arábica	R\$ 108.000,0	100,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(R\$ 0,00)	0,00
(-) Deduções de venda	(R\$ 0,00)	0,00
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ 108.000,0	100,00
(-) CUSTO DAS VENDAS	(R\$ 21.203,00)	19,63
(-) Custos de produção	(R\$ 21.203,00)	19,63
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 86.797,00	80,37
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(R\$ 74.002,84)	68,52
(-) Pró-labore	(R\$ 45.000,00)	41,67
(-) Energia elétrica	(R\$ 1.596,00)	1,48
(-) Combustível	(R\$ 1.880,00)	1,74
(-) Depreciações	(R\$ 18.006,54)	16,67
(-) Amortização	(R\$ 7.500,00)	6,94
(-) Impostos ITR e CCIR	(R\$ 20,30)	0,02
= LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	R\$ 12.794,16	11,85

Fonte: Resultados originais da pesquisa.

A propriedade alcançou lucro operacional equivalente a 11,85% da receita operacional bruta (Tabela 3). Os custos de produção representaram 19,63% e as despesas operacionais, 68,52%, sendo a despesa com mão de obra (pró-labore da família), responsável pela maior parte 41,67%.

Para facilitar a interpretação da realidade do empreendimento e avaliar seu desempenho econômico, a contabilidade pode utilizar indicadores econômico-financeiros, obtidos dos dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício (Turra et al., 2021; Jacintho e Kroenke, 2021). Tais indicadores são valiosos no processo decisório e de gestão, independentemente do porte econômico da empresa (Regert et al. 2018), inclusive das propriedades rurais da agricultura familiar. Gitman (2010), ressalta que, a interpretação dos resultados dos indicadores é tão importante quanto seus cálculos, ou seja, compreender se está alto ou baixo, se o resultado é bom ou ruim, e assim, identificar de forma mais fácil, como está o desempenho do empreendimento.

Um indicador geralmente é obtido a partir da divisão de um item contábil por outro (Feng e Wang, 2000). Foram calculados indicadores econômico-financeiros para analisar a situação financeira (índices de liquidez), a situação econômica (índices de rentabilidade) e a estrutura de capitais (índices de endividamento) da propriedade.

Por meio da análise de liquidez, identifica-se a capacidade de solvência ou a capacidade financeira apresentada pela organização para pagamento de suas dívidas (Assaf Neto, 2023). Nesta análise são considerados os recursos em caixa, bancos, aplicações de resgate imediato, bem como os estoques, os valores a receber e as aplicações de longo prazo. Deve-se considerar se os prazos de recebimento ou realização dos ativos são adequados aos prazos de pagamento dos passivos (Travassos, 2023). Os índices de liquidez analisados para a propriedade em estudo, foram: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral (Tabela 4).

Tabela 4. Indicadores econômico-financeiros para analisar a liquidez (situação financeira), de uma propriedade de agricultura familiar, no município de Alegre – ES.

Indicadores	Fórmula	Resultado
Liquidez corrente	$LC = \text{Ativo circulante} / \text{Passivo circulante}$	1,94
Liquidez seca	$LS = (\text{Ativo circulante} - \text{Estoque}) / \text{Passivo circulante}$	0,28
Liquidez imediata	$LI = (\text{Disponibilidades} + \text{Aplicações de curto prazo}) / \text{Passivo circulante}$	0,14
Liquidez geral	$LG = (\text{Ativo circulante} + \text{Ativo não circulante}) / (\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante})$	9,52

Fonte: Resultados originais da pesquisa.

O índice de liquidez corrente é adequado para avaliar a capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo (Cardoso, 2023), e quanto maior, melhor. Entretanto, o excesso de liquidez pode indicar excesso de recurso em caixa ou em aplicações de baixa remuneração, com liquidez imediata (Travassos, 2023) e baixo risco, uma vez que a rentabilidade de um investimento é diretamente proporcional ao risco e inversamente proporcional à liquidez.

O capital circulante líquido é a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Se liquidez corrente for maior que um, tem-se capital circulante líquido positivo; se liquidez corrente for igual a um, tem-se capital circulante líquido nulo; e, se liquidez corrente for menor que um, o capital circulante líquido é considerado negativo. Quanto maior a liquidez corrente, mais alta é a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro (Assaf Neto, 2023), que representa os recursos necessários para uma empresa financiar seu

operacional, incluindo a aquisição de matérias-primas até o recebimento pela venda do produto acabado (Assaf Neto e Silva, 2017).

Com valor de liquidez corrente de 1,94 (Tabela 4) para a propriedade, tem-se capital circulante líquido positivo, e pode-se dizer que, a cada R\$1,00 de dívida de curto prazo, havia R\$1,94, em ativo circulante para saldá-la. Gitman (2010), considera um índice igual a 2,0 aceitável, mas isso depende do setor em que a empresa atua. Para uma empresa pública, um índice de liquidez corrente de 1,0 seria aceitável, todavia, inaceitável para uma indústria, pois, quanto mais previsíveis os fluxos de caixa de uma empresa, menor pode ser o índice aceitável. Como uma propriedade rural pode apresentar fluxo de caixa relativamente imprevisível, o valor de 1,94, pode ser aceitável.

A liquidez seca, de forma mais conservadora, analisa a capacidade de pagamento, desconsiderando o valor do estoque e equivalentes, eliminando o risco dado pela incerteza material e temporal da venda desses ativos (Cardoso, 2023). Por eliminar a influência dos estoques, permite uma visão da capacidade de pagamento de curto prazo mais líquida.

Quanto menor for a liquidez seca, maior será a dependência das vendas para a empresa pagar suas dívidas de curto prazo e vice-versa (Travassos, 2023). Com liquidez seca de 0,28 (Tabela 4), a propriedade encontrava-se em situação delicada, pois a cada R\$1,00 de dívida de curto prazo, havia R\$0,28 disponíveis para quitá-la, sem a necessidade de venda do estoque. Ou seja, para o produtor saldar suas dívidas de curto prazo, precisaria vender seus estoques, incluindo a colheita de café.

Um índice de liquidez seca igual ou superior a unidade, é, por vezes, recomendado, mas, como no caso da liquidez corrente, o valor aceitável depende do setor em questão. O índice de liquidez seca fornece uma medida mais adequada da liquidez geral quando o estoque da empresa não pode ser facilmente convertido em caixa. Se o estoque for líquido, o índice de liquidez corrente será uma medida preferível da liquidez geral (Gitman, 2010).

A liquidez imediata mostra a capacidade de honrar compromissos imediatamente (Cardoso, 2023). Considerado o índice de maior liquidez, seu valor alto não é interessante para a rentabilidade da empresa, contudo, valores mais altos podem ser bons para enfrentar situações de contexto econômico instável e imprevisível (Travassos, 2023).

Para a propriedade, foi calculada liquidez imediata de 0,14 (Tabela 4). O índice informa que para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo, existem apenas R\$0,14 disponíveis em caixa para saldá-la. Ou seja, somente com o valor disponível em caixa, sem o recebimento dos valores de prestação de serviço na entressafra ou venda da colheita dentro do ano, não seria possível ao produtor, quitar as dívidas.

Normalmente, esse índice apresenta valores baixos devido ao pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, com reduzida rentabilidade (Assaf Neto, 2023). Contudo, é importante para o produtor observar a liquidez imediata, pois as atividades agrícolas tem suas peculiaridades e são altamente passíveis da ocorrência de imprevistos. As disponibilidades financeiras são importantes para conduzir a propriedade durante a safra e entressafra. Problemas de mercado, variação climática severa ou outro problema que abale as vendas, pode ser um risco para os produtores (Travassos, 2023).

A liquidez geral reflete a capacidade de pagamento a longo prazo, pois considera os ativos circulante e não circulante. Desta forma, traz uma perspectiva futura se o negócio vai ou não bem. É uma medida de segurança financeira, e normalmente, é aconselhável ser superior à unidade (Travassos, 2023; Assaf Neto, 2023).

A propriedade obteve liquidez geral de 9,52 (Tabela 4), ou seja, a cada R\$1,00 de dívida total, haviam R\$9,52 disponíveis em caixa e equivalentes, como estoques e valores a receber, tanto em curto quanto em longo prazo, para saldá-la. Assim, mesmo que no curto prazo, a propriedade apresente problemas para saldar suas dívidas, considerando-se o longo prazo, há

mais recurso que dívida para pagar. Tal resultado pode ser devido ao valor mais alto presente no imobilizado do ativo não circulante, que é comum em propriedades rurais, devido, principalmente ao valor da terra. Pode não ser um resultado confortável para o produtor, se ele não deseja, por exemplo, vender a propriedade.

Os índices de rentabilidade demonstram o resultado das operações realizadas, evidenciando a rentabilidade sobre o capital investido. É um dos principais indicadores de desempenho de um empreendimento (Regert et al., 2018). O resultado operacional de uma empresa em um determinado período pode ser definido como rentabilidade, ou seja, quanto de retorno um determinado investimento está realizando. Também pode ser entendido como ou quanto o patrimônio líquido está remunerando o investidor (Travassos, 2023).

A análise da rentabilidade da empresa permite avaliar os lucros em relação a um dado nível de ativos ou investimento dos proprietários (Gitman, 2010). Os índices de rentabilidade analisados para a propriedade em estudo, foram: giro do ativo, margem bruta, margem líquida, margem operacional, rentabilidade do patrimônio líquido, retorno sobre o patrimônio líquido, retorno sobre o ativo e grau de alavancagem financeira (Tabela 5).

Tabela 5. Indicadores econômico-financeiros para analisar a rentabilidade (situação econômica), de uma propriedade de agricultura familiar, no município de Alegre – ES.

Indicadores	Fórmula	Resultado
Giro do ativo	$GA = \text{Receita Líquida DRE} / (\text{Ativo circulante} + \text{Ativo não circulante})$	0,11
Margem bruta	$MB = (\text{Resultado operacional bruto DRE} / \text{Receita operacional líquida DRE}) \times 100$	80,37%
Margem líquida	$ML = (\text{Lucro líquido DRE} / \text{Receita operacional líquida DRE}) \times 100$	11,85%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	$ROE = (\text{Lucro líquido DRE} / \text{Patrimônio líquido}) \times 100$	1,46%
Retorno sobre o Ativo	$ROA = (\text{Lucro líquido DRE} / \text{Ativo total}) \times 100$	1,31%
Grau de alavancagem financeira	$GAF = \text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido} / \text{Retorno sobre o Ativo}$	1,12

Fonte: Resultados originais da pesquisa.

O giro do ativo determina o nível de eficiência com que os recursos aplicados (ativo) são utilizados. Em outras palavras, indica a produtividade desses recursos. Quanto melhor a produtividade em relação a determinado recurso, melhor será o resultado apresentado, ou seja, o lucro. A atividade agropecuária é de baixo giro, uma vez que, seu produto precisa de formação, o que pode levar muito tempo e necessidade de recursos antes de apresentar resultados (Travassos, 2023).

Tal fato foi evidenciado com o resultado de 0,11 (Tabela 5) para o giro do ativo da propriedade. Considerando o valor em moeda, para cada R\$1,00 de ativo total, a propriedade realizou R\$0,11 de receita líquida.

A margem bruta mede a porcentagem de cada unidade monetária de venda que permanece no resultado da empresa após a dedução dos custos. As margens devem ser apuradas em cada cultura, quando existem vários cultivos na propriedade (Travassos, 2023).

A margem bruta da propriedade alcançou o valor de 80,37% (Tabela 5), indicando que, para cada R\$100,00 de receita líquida, obteve um lucro bruto de R\$80,37. Quanto maior a margem bruta, melhor, pois indica menor custo das mercadorias vendidas (Gitman, 2010).

No caso da propriedade estudada, que tem sua renda obtida da venda do café arábica, diminuir custos é sempre importante, pois o preço pago pelo mercado é variável. Em 2023, o

preço médio de venda da saca de 60 kg de café arábica beneficiado, foi R\$800,00, para o tipo de café produzido pelo produtor. Já em 2024, seu preço médio foi R\$1.200,00. A gestão de custos na cafeicultura pode indicar aperfeiçoamentos gerenciais que otimizam o resultado financeiro dos produtores (Nunes, 2024).

A margem líquida demonstra a rentabilidade líquida total do empreendimento (Cardoso, 2023), ou seja, mede a porcentagem de cada unidade monetária de venda que permanece no resultado da empresa após a dedução de todos os gastos operacionais e financeiros. O ideal é que o máximo de lucro seja extraído com o mínimo de receita (Travassos, 2023).

Com uma margem líquida de 11,85% (Tabela 5), significa que o lucro líquido da propriedade, representa mais de 10% do valor das vendas líquidas da produção de café arábica. Para cada R\$100,00 de receita líquida, a propriedade lucrou R\$11,85.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE – “Return On Equity”) indica o aproveitamento do capital próprio na geração de lucro da empresa. Pode aumentar com o aumento do nível de endividamento da empresa, por meio do capital de terceiros (alavancagem financeira), exigindo uma gestão cuidadosa (Travassos, 2023).

O ROE da propriedade foi calculado em 1,46% (Tabela 5), indicando que, em 2023, a propriedade gerou aproximadamente R\$1,46 por cada R\$100,00 de patrimônio líquido.

Com o cálculo do retorno sobre o ativo (ROA – “Return On Assets”) é possível medir a eficiência da empresa em gerar lucros e a eficácia na alocação dos ativos, ou de outra forma, permite medir a eficiência dos financiamentos (de terceiros ou próprios) feitos pela empresa. Quanto maior, mais a empresa está ganhando com seus ativos (Travassos, 2023). O retorno sobre o ativo demonstra o retorno do capital próprio investido nos ativos da empresa (Assaf Neto, 2023).

O ROA da propriedade foi de 1,31% (Tabela 5), podendo ser considerado um valor baixo, principalmente considerando a taxa Selic, em 11,75%, ao final do ano de 2023. Esse valor indicou que a propriedade gerou R\$1,31, por R\$100,00 de investimento nos ativos.

Se o retorno sobre o ativo for baixo, pode indicar que a empresa está endividada (capital de terceiros), ou basicamente, se deve a fatores, tais como investimentos em projetos que não utilizem os ativos adequadamente, ou a uma baixa produtividade na produção e/ou desperdícios ou perdas de matéria-prima, excesso de despesas, defeitos, entre outros (Travassos, 2023).

A produtividade média do café arábica na propriedade foi estimada em 27 sacas ha⁻¹, superior à média do Espírito Santo, de 21,9 sacas ha⁻¹, na safra de 2023 (CONAB, 2023). Entretanto, estes valores poderiam ser mais altos, quando se observa produtividades de café arábica superiores a 70 sacas ha⁻¹, no Espírito Santo (Ferrão et al., 2021).

Apesar da cafeicultura apresentar grande expressão econômica no Espírito Santo, ela ainda apresenta um baixo nível de rendimento e uma baixa produtividade por área, no município de Alegre. Pode ser em função do manejo de produção adotado. Muitas lavouras do município estão depauperadas e necessitando de renovação ou práticas de manejo adequadas para produção, como utilização correta de insumos, podas, manejo do mato, controle fitossanitário e adoção de variedades adaptadas à região (Incaper, 2020).

Brioschi et al. (2020), sugeriram que, o cafeicultor familiar deve se capacitar não só buscando o aumento da produtividade, mas também, visando uma boa gestão que contribua para o crescimento, controle de custos, e reinvestimento do lucro na propriedade. Faria et al. (2022), verificaram que o controle de custos pelos agricultores pode ser decisivo para o crescimento das propriedades rurais. Tal fato demanda ações que levem conhecimento e conscientização aos pequenos e médios agricultores, nesta temática.

O grau de alavancagem financeira é medido por meio do impacto nos resultados pela utilização do capital de terceiros. Pode ser calculado pela relação entre o retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre o ativo. Empresa com alta alavancagem financeira deve

ter suas operações, finanças e fluxo de caixa geridos com extremo cuidado sob o risco de não ter recursos suficientes para cumprir suas obrigações (Travassos, 2023).

A propriedade apresentou grau de alavancagem financeira de 1,12 (Tabela 5), valor superior a unidade, indicando que o retorno sobre o patrimônio líquido foi maior que o retorno sobre o ativo, logo o retorno sobre o ativo é maior que o custo da dívida, e, portanto, o endividamento é justificado.

Se o grau de alavancagem financeira for igual a unidade, os retornos sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo, são iguais, logo, o retorno sobre o ativo é igual ao custo da dívida, não havendo alavancagem. Por outro lado, se o grau de alavancagem financeira for inferior a unidade, o retorno sobre o patrimônio líquido é menor que o retorno sobre o ativo, indicando que o retorno sobre o ativo é menor que o custo da dívida, e, portanto, o endividamento é desaconselhável (Travassos, 2023).

No exercício de sua atividade, o produtor rural pode contrair dívidas por diversos motivos. A pior condição ocorre quando as dívidas se destinam a pagar as despesas, pois isso significa que o resultado operacional (receitas – despesas) é negativo (Fontoura et al., 2022). O volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros, indica a situação de endividamento da empresa (Gitman, 2010).

A estrutura de capitais indica a origem dos recursos que financiam as operações da empresa, que podem ser provenientes de recurso aplicados pelos proprietários, registrados no patrimônio líquido ou por meio dos financiamentos de terceiros, registrados no passivo exigível. Os índices de estrutura de capitais ou de endividamento informam como esses capitais estão sendo empregados na organização, a relação entre eles e o nível de dependência do capital de terceiros (Travassos, 2023). Os indicadores de estrutura de capitais estudados para a propriedade em análise, foram: grau de endividamento, composição de endividamento, imobilização do patrimônio líquido, imobilização dos recursos não correntes e endividamento geral (Tabela 6).

Tabela 6. Indicadores econômico-financeiros para analisar a estrutura de capitais (endividamento), de uma propriedade de agricultura familiar, no município de Alegre – ES.

Indicadores	Fórmula	Resultado
Grau de endividamento	$PCT = [(Passivo\ circulante + Passivo\ não\ circulante) / Patrimônio\ Líquido] \times 100$	11,74%
Composição de endividamento	$CE = [Passivo\ circulante / (Passivo\ circulante + Passivo\ não\ circulante)] \times 100$	67,87%
Imobilização do Patrimônio Líquido	$IPL = (Ativo\ não\ circulante / Patrimônio\ Líquido) \times 100$	96,29%
Imobilização dos recursos não correntes	$IRNC = [Ativo\ não\ circulante / (Patrimônio\ líquido + Passivo\ não\ circulante)] \times 100$	92,78%
Endividamento geral	$EG = [(Passivo\ circulante + Passivo\ não\ circulante) / (Ativo\ circulante + Ativo\ não\ circulante)] \times 100$	10,51%

Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Por meio do grau de endividamento na atividade rural é possível conferir a proporção entre o capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) e o capital próprio (patrimônio líquido) utilizado na propriedade (Fontoura et al., 2022). Indica quantos reais foram tomados de capital de terceiros para cada R\$1,00 de capital próprio (Siebeneichler e Feil, 2022). Compreende-se então, que, o grau de endividamento mede o montante de dívida em relação a outros fatores importantes do balanço patrimonial da empresa (Gitman, 2010).

A propriedade apresentou grau de endividamento de 11,74% (Tabela 6), indicando que o patrimônio líquido é suficiente para a imobilização e a propriedade não terá que imobilizar recursos provenientes de terceiros.

A análise da composição do endividamento também é importante. Este índice demonstra qual é a proporção do capital de terceiros de curto prazo (passivo circulante) em relação ao capital total de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante), no curto e longo prazo. Este índice é do tipo quanto menor melhor, pois é melhor ter uma maior proporção de dívidas de longo prazo, ficando mais fácil administrar os pagamentos (Travassos, 2023).

A composição do endividamento da propriedade foi de 67,87% (Tabela 6), mostrando que a proporção das dívidas de curto prazo foi superior a dois terços do endividamento total. Para cada R\$100,00 de capital de terceiros, em torno de R\$70,00 foram de curto prazo e, R\$30,00, de longo prazo.

A imobilização do patrimônio líquido apresenta o quanto do patrimônio líquido está imobilizado, ou seja, o quanto do capital próprio da empresa foi aplicado no ativo permanente, composto pelo imobilizado, investimentos e intangível, presentes no ativo não circulante. Quando acima de 100%, indica que o patrimônio líquido não é suficiente para as imobilizações e que possivelmente a empresa terá que imobilizar recursos de terceiros (Travassos, 2023). Mostra quantos reais foram aplicados no ativo permanente, para cada R\$ 100,00 do patrimônio líquido.

A propriedade apresentou imobilização do patrimônio líquido de 96,29% (Tabela 6), demonstrando ter quase a totalidade de seu patrimônio líquido imobilizado. Pode ser justificado, pois na atividade agrícola, a terra e a cultura permanente formada, permanecem no imobilizado. Para necessidades de investimento no ativo permanente, a empresa deve buscar, preferencialmente, financiamentos de longo prazo, com melhores taxas de juros e priorizar aplicar recursos próprios no capital de giro (Travassos, 2023).

Tem-se também a imobilização dos recursos não correntes, que está associada ao fato de os ativos permanentes, na propriedade rural, terem diferentes prazos de vida útil. Assim, para a aquisição de ativos imobilizados, pode ser utilizado capital de terceiros, desde que, preferencialmente, o prazo de financiamento não exceda a vida útil do item comprado (Fontoura et al., 2022). É a quantidade de recursos não correntes destinados ao ativo permanente. Assemelha-se à imobilização do patrimônio líquido, contudo, acrescenta em seu divisor o passivo não circulante, ou seja, o capital de terceiros de longo prazo (Travassos, 2023).

A imobilização dos recursos não correntes da propriedade alcançou 92,78% (Tabela 6), valor inferior a 100%, indicando que o capital próprio somado ao capital de terceiros de longo prazo foi suficiente para financiar o ativo permanente. Segundo Travassos (2023), a imobilização ideal pode ser realizada por meio do capital de terceiros de longo prazo (passivo não circulante), permanecendo o capital próprio (patrimônio líquido) para financiar o capital de giro.

O endividamento geral mede a proporção de dívidas que financia o ativo total da empresa. Quanto mais elevado, maior a proporção de capital de terceiros usada para gerar lucro (Gitman, 2010). A propriedade apresentou endividamento geral de 10,51% (Tabela 6), ou seja, para cada R\$100,00 de ativos, R\$10,51 foram financiados com recursos de terceiros (Pronaf para custeio de safra). Quanto mais elevado esse índice, maior o grau de endividamento da empresa e maior sua alavancagem financeira (Gitman, 2010).

Tendo em vista o exposto, o uso de indicadores é uma ferramenta importante para o planejamento financeiro, permitindo comparar o desempenho atual com o passado e avaliar o progresso ou regresso da empresa. Quando o produtor alia seus conhecimentos técnicos ao acompanhamento anual da propriedade por meio das demonstrações contábeis e dos

indicadores econômico-financeiros, ganha embasamento para compreender melhor seu negócio e tomar decisões mais eficientes (Mello, 2018).

Além dos benefícios da contabilidade na gestão das propriedades familiares, é necessário refletir sobre as dificuldades de sua implementação na agricultura familiar. Tavares e Rech (2024), ao analisarem estudos dos últimos 12 anos, identificaram que as técnicas contábeis contribuem significativamente para a tomada de decisões e a eficiência operacional, aumentando a capacidade de planejamento e gestão financeira e, com isso, promovendo maior sustentabilidade na propriedade. No entanto, a adoção pelos agricultores ainda é limitada, principalmente devido à complexidade percebida da contabilidade e à ausência de recursos educacionais adequados. Os autores destacam a importância de políticas públicas e programas educacionais voltados à realidade da agricultura familiar, a fim de ampliar o acesso às práticas contábeis e promover eficiência econômica e sustentabilidade no longo prazo.

A contabilidade pode auxiliar na gestão das propriedades rurais, na tomada de decisões e no controle financeiro. No entanto, sua adoção enfrenta obstáculos, como a percepção de muitos produtores de que a contabilidade é apenas uma despesa (Silva et al., 2021), além da falta de reconhecimento da propriedade como uma empresa e do agricultor como gestor (Crepaldi, 2019; Behm et al., 2024). Dificuldades práticas também limitam sua aplicação, como a complexidade das demonstrações contábeis, os custos com profissionais especializados, o volume de informações a registrar, a falta de tempo e o desconhecimento dos benefícios gerenciais da contabilidade.

Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de aprofundar o desenvolvimento de ferramentas contábeis adaptadas à agricultura familiar, considerando também o processo de sucessão e a inclusão de jovens na gestão das propriedades. Estratégias como o uso de indicadores econômico-financeiros podem facilitar a interpretação dos resultados pelos agricultores, tornando a contabilidade mais acessível. Ademais, é fundamental que pesquisas subsidiem a formulação de políticas públicas que incentivem o uso da contabilidade, proponham métodos para facilitar o registro das informações e promovam programas de capacitação, assistência técnica e parcerias com profissionais da área.

O acompanhamento contínuo da implementação dessas práticas é essencial para ampliar sua aceitação e eficácia. Conforme Quijada et al. (2020), é papel das organizações de apoio ao desenvolvimento rural não apenas educar os agricultores sobre a importância da contabilidade, mas também apoiá-los ativamente na aplicação prática das técnicas de gestão. Tais iniciativas podem fortalecer a sustentabilidade econômica e a perenidade das propriedades de agricultura familiar.

4 CONCLUSÃO

Os indicadores econômico-financeiros demonstraram que a propriedade analisada é lucrativa, permitiram identificar a origem dos recursos financeiros, avaliar o nível de endividamento e compreender a situação econômico-financeira do empreendimento rural. Esses dados forneceram subsídios relevantes para que o produtor e sua família tomassem decisões mais fundamentadas. O produtor reconheceu a importância de manter registros detalhados de receitas e custos, manifestando a intenção de continuar esse controle e investir na lavoura, visando à redução de despesas e ao aumento da rentabilidade. O estudo sugeriu que a contabilidade rural, por meio do uso de indicadores econômico-financeiros, pode ser uma ferramenta eficaz para apoiar a gestão nas propriedades familiares, contribuindo não apenas para a melhoria dos resultados, mas também para a sustentabilidade da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- Araújo, M.J. 2022. **Fundamentos de agronegócios**. 6.ed. Atlas, Barueri, SP, Brasil.
- Assaf Neto, A. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 13.ed. Atlas, Barueri, SP, Brasil. 2023.
- Assaf Neto, A.; Silva, C.A.T. **Administração do capital de giro**. 4.ed. Atlas, Barueri, SP, Brasil. 2017.
- Behm, A.J.B.; Masetti, D.; Pinheiro, A.B.; Carraro, W.B.W.H. Processo decisório em propriedades rurais: percepção dos agricultores sobre o uso de instrumentos de gestão. **Rev. FSA**, v.21, n.5, p. 74-95. 2024.
- Brasil. **Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979**. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6746.htm>. Acesso em: 24 set 2024.
- Brasil. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil, 2006. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 23 set. 2024.
- Brasil. 2018. **Lei n. 13.606, de 09 de janeiro de 2010**. Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/113606.htm>. Acesso em: 15 out. 2024.
- Brasil. **Instrução Normativa Pres/INSS n. 128, de 28 de março de 2022**. Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário. Diário Oficial da União, Brasília, 2022. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-pres/inss-n-128-de-28-de-marco-de-2022-389275446>>. Acesso em: 15 out. 2024.
- Brioschi, P.F.; Costa, A.F.; Galeano, E.A.V.; Bárbara, W.P.F.; Zanúncio Júnior, J.S.; Fornazier, M.J.; Paulini Júnior, I.J.; Rossi, D.A. 2020. Análise de custos do café arábica (*Coffea arabica*) em Venda Nova do Imigrante, ES. p. 33-41. In: Costa, A.F. **Custos na agricultura da região serrana do Espírito Santo**. Pedro & João, São Carlos, SP, Brasil.
- Cardoso, H.M.C. **Guia da gestão rural**: gestão da informação, econômico-financeira e tributária ao seu alcance. 2.ed. Atlas, Barueri, SP, Brasil, 2023.

Companhia Nacional de Abastecimento [CONAB]. **Norma Metodologia de Custo de Produção – 30.302**: Sistema de Operações Subsistema de Gestão de Informações e Conhecimento, 2020. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/images/arquivos/normativos/30000_sistema_de_operacoes/30.302_Norma_Metodologia_de_Custo_de_Producao.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2024.

Companhia Nacional de Abastecimento [CONAB]. **Acompanhamento da safra brasileira de café: 4º levantamento**. Brasília, DF, v. 10, n. 4, dezembro, 2023. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 09 jul. 2024.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC]. **CPC 29: Ativo Biológico e Produto Agrícola**. 2009a. Disponível em: <<https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em 09 ago. 2024.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC]. **CPC 27: Ativo Imobilizado**, 2009b. Disponível em: <<https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>>. Acesso em 09 ago. 2024.

Crepaldi, S.A. 2019. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 9.ed. Editora Atlas, Barueri, SP, Brasil.

Empresa brasileira de pesquisa agropecuária [Embrapa]. **Módulo Fiscal**. 2024. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 03 set. 2024.

Faria, C.M.; Prado, I.M.S.; Alves, V.H.; Bento, I.P. A gestão de custos nas propriedades rurais do Estado de Goiás no avanço da agricultura. In: III Congresso de Ciências Sociais, Saúde e Engenharias, 2022, 'on-line'. **Anais...** p. 1-13.

Feng, C.M.; Wang, R.T. Performance evaluation for airlines including the consideration of financial ratios. **Journal of Air Transport Management**, v.6, n.3, p.133-142. 2000.

Ferrão, M.A.G.; Souza, E.M.R; Fonseca, A.F.A.; Ferrão, R.G.; Santos, W.G.; Spadeto, J. 2021. **Indicação de cultivares de café arábica para o estado do Espírito Santo e avaliação comparativa com o conilon em altitude elevada**. Embrapa Café, Brasília, DF, Brasil. Circular Técnica 6.

Fontoura, F.B.B.; Alves, L.C.; Deponti, C.M. **Contabilidade e gestão: abordagem para o desenvolvimento rural**. Appris, Curitiba, PR, Brasil. 2022.

Galvão, M.E.S. **Controle das contas: contabilidade rural e sustentabilidade no contexto da agricultura familiar**. Dissertação de Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais. Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, AM, Brasil. 2023.

Gitman, L.J. **Princípios de administração financeira**. 12.ed. Pearson Prentice Hall, São Paulo, SP, Brasil. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaco-rural-brasileiro.html>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em 09 set. 2024.

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural [Incaper]. **PROATER - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Planejamento 2020-2023**: Alegre, ELDR - Incaper, Alegre/ES, 2020. Disponível em:<<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Alegre.pdf>>. Acesso em 10 set. 2024.

Jacinto, V.G.; Kroenke, A. 2021. Indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras: uma comparação entre setores. **Revista Ambiente Contábil**, v.13, n.1, p. 90-113.

Marion, J.C. **Contabilidade rural**: agrícola, pecuária e imposto de renda. 15.ed. Atlas, Barueri, SP, Brasil. 2021.

Mello, G.F.M.R. **Desempenho financeiro e produtivo em pequenas propriedades rurais de produção avícola e leiteira: um estudo de caso**. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil. 2018.

Meus, A.G.A.; Ethur, L.Z. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão**, UEPG, v. 17, p. 01-14. 2021.

Montel, D.R.; Lima, M.S.; Gama, G.B.A.C.V.R.N. Contabilidade empresarial rural e processos de gestão de pequenas propriedades: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v.9, n.11, p. 4141-4155, 2023.

Mota, J.S. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, v6, p.371-380, 2019.

Nunes, E.S. **Análise do gerenciamento do café arábica: um estudo em propriedades de agricultura familiar em Alto Rio Novo – ES**. Especialização lato sensu em Finanças Corporativas. Instituto Federal do Espírito Santo, Linhares, ES, Brasil. 2024.

Pereira, R.M.; Basílio, L.S. **Estudos interdisciplinares da contabilidade** (Orgs). v.1. Pascal, São Luís, MA, Brasil. 2023.

Quijada, D.W.; Cavichioli, F.A.; Soares, N.M. Influência das políticas públicas na agricultura familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v.17, n.1, p. 340-351. 2020.

Regert, R.; Borges Júnior, G.M.; Bragagnolo, S.M.; Baade, J.H. A importância dos indicadores econômicos, financeiros e de endividamento como gestão do conhecimento na tomada de decisão em tempos de crise. **Revista Visão**, v.7, p.67-83. 2018.

Ribeiro, I.M.; Silva, D.A.; Batista, M.F.; Pimentel, W. A contabilidade gerencial como ferramenta de gerenciamento na tomada de decisões nas empresas. **Revista Científica Multidisciplinar**, Núcleo do Conhecimento, v.6, p.55-78. 2022

Rodrigues, H.E.; Santos, M.A.S.; Brabo, M.F.; Martins, C.M.; Araújo, J.G. Empreendedorismo e empoderamento da mulher na agricultura familiar: estudo de caso no nordeste Paraense, Amazônia Brasileira. **Revista Orbis Latina**, v.13, n.1, p.62-77. 2023.

Santos, I.N.F.; Araújo, M.B.A.; Nolêto, M.P.; Fernandes, H.S.F. Contabilidade rural como ferramenta estratégica de apoio a gestão: um estudo com pequenos agricultores na cidade de Floriano-PI. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v.10, n.6, p.1278-1302, 2024.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE]. **Segurado Especial: comercialização da produção passo a passo**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/pap-comercializacao-da-producao-segurado-especial.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2024.

Siebeneichler, A.F.; Feil, A.A. Análise das demonstrações contábeis pelo método tradicional, integrado e estruturado. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v.19, n.2, p. 76-103, 2022.

Silva, N.M.; Macedo, J.M.A.; Pessoa, L.G.S.B.; Cabral, L.M.M.A.C. Contabilidade de custos e agricultura familiar: análise da importância e da aplicabilidade na percepção dos agricultores. In: **59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER e 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo** – EBPC, 2021, Brasília, DF, Brasil. Anais... p. 1-15. 2021.

Silva, M.R.; Santos, L.C.; Santos, M.I.C. Desafios e perspectivas da contabilidade agrícola: um olhar sobre os pequenos produtores rurais do município de Tanque D'Arca. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, ano XVI, v16, n.28, p. 130-144. 2019.

Sousa, D.P.C.; Martins, R. **Análise das demonstrações contábeis**. 2.ed. Editora Fundação CECIERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2010.

Tavares, M.K.G.; Rech, I.J. Contabilidade de custos na agricultura familiar: uma revisão sistemática. In: XXXI Congresso Brasileiro de Custos, 2024, São Paulo, SP, Brasil. **Anais... p. 1-16. 2024.**

Travassos, M. **Contabilidade gerencial rural e ambiental: uso de demonstrações contábeis para geração de índices patrimoniais, econômicos e financeiros nas atividades agrícolas, pecuárias e ambientais**. Editora Freitas Bastos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2023.

Turra, F.; Lumbieri, L.; Craco, T.; Biegelmeyer, U.H.; Camargo, M.E. A performance da pequena propriedade rural no interior do Rio Grande do Sul. **Revista Destaques Acadêmicos**, v.13, n.2, p.97-114. 2021.

Recebido em: 05 de janeiro de 2025

Aceito em: 01 de agosto de 2025